

Modelos de feminilidade na intersecção entre gênero e raça: amas de leite e domésticas em Desterro (1849-1883)

Models of femininity at the intersection between gender and race: wet nurses and domestic in Desterro (1849-1883)

Fernanda Buttini Barczak¹

Resumo: Partindo da premissa teórica da intersecção entre gênero e raça, o presente artigo pretende investigar os discursos acerca dos papéis das mulheres escravizadas, assim como as concepções de feminilidade, higiene e maternidade que coexistiram com as construídas para mulheres brancas, enfocando as escravizadas domésticas, sobretudo, as amas de leite, em Desterro na segunda metade do século XIX. A investigação parte da análise de jornais de Desterro entre 1849 e 1883, buscando destacar a presença africana e afrodescendente na história de Santa Catarina e contribuir com os estudos de gênero.

Palavras-chave: Amas de leite; Domésticas; Desterro; Gênero.

Abstract: Based on the theoretical premise of the intersection between gender and race, this article aims to investigate the discourses about the roles of enslaved women, as well as the conceptions of femininity, hygiene and motherhood that coexisted with those built for white women, focusing on domestic enslaved, and above all, wet nurses, in Desterro in the the second half of the 19th century. The investigation starts from the analysis of Desterro's newspapers between 1849 and 1883, seeking to highlight the African and Afro-descendant presence in the history of Santa Catarina and contribute to gender studies.

Keywords: Wet nurses; Domestic enslaved; Desterro; Gender.

Introdução

Não é novo que as categorias identitárias de gênero não são homogêneas. Desde a importante ruptura epistemológica com a categoria de análise “Mulher” como sujeito universal, em contraposição ao “Homem”², entendemos que não havia “a mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, atingidas por diferentes opressões e que reivindicavam também diferentes pautas. Apenas quando o gênero é transversalizado, isto é, interseccionado com raça e classe é que se abre o leque de possibilidades para dar conta das realidades das mulheres³. Desta maneira, ao investigarmos as relações de gênero na sociedade brasileira do século XIX,

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: buttinifernanda@gmail.com

² PEDRO, 2005, p. 80.

³ CARMO, 2012, p. 110.

percebemos que havia mais de uma feminilidade sendo vivida (e subvertida), ainda que algumas fossem mais valorizadas pelo status quo branco patriarcal⁴.

Assim sendo, o gênero que deve ser transversalizado por outras categorias, deve ser também historicizado, já que é construído em contextos espaço-temporais específicos – e nada possui de determinações biológicas, como estudos apontam mesmo antes da popularização do conceito, com Margaret Mead⁵. Em concordância com a historiadora já bastante citada Joan Scott (1995), parto do princípio de que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”⁶ A autora, a partir do conceito foucaultiano de poder, explica-nos que

[...] o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição ocidental cristã – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção.⁷

Relacionando esta dimensão das simbologias de gênero bem salientadas por Scott à história da escravidão no Brasil, Adriana Reis (2001) considera o escravo como explicitamente o símbolo do feminino: “é emasculado, desvirilizado e submetido, como o feminino, ao poder do senhor, seja ele homem ou mulher”⁸. Desta maneira, para a autora, as estruturas hierárquicas da relação pretensamente “natural” entre homens e mulheres, simbolicamente remetem a poder/submissão, branco/negro, senhor/escravo⁹. Considerando que o gênero é um campo primeiro por meio do qual o poder é articulado, como argumentado por Joan Scott (1995), Reis afirma que “A simbologia do gênero garantia a submissão e essa é a grande metáfora do poder na escravidão.”¹⁰

⁴ CARMO, 2012, p. 118.

⁵ Considerada precursora dos estudos de gênero, a antropóloga investigou as relações entre temperamento e diferenças sexuais em três sociedades “primitivas”, e a partir da variabilidade do modo como dramatizavam as diferenças sexuais, constatou que são frutos de construções sociais e não fatores biológicos. MEAD, Margaret. Introdução e A padronização do temperamento sexual. In _____. Sexo e temperamento. São Paulo: editora Perspectiva, 1988.

⁶ SCOTT, 1995, p. 86.

⁷ SCOTT, 1995, p. 86.

⁸ REIS, 2001, p. 16.

⁹ REIS, 2001, p. 16.

¹⁰ REIS, 2001, p. 16.

Contudo, é claro que as relações entre raça e gênero não se dão apenas a nível metafórico. Angela Davis (2016) tratou de esclarecer como as opressões se combinam de forma sistemática, demonstrando as conexões entre a luta abolicionista e o movimento pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos¹¹. Logo, Davis parece teorizar a interseccionalidade antes mesmo do termo existir.

É neste jogo de poderes no qual se inter cruzam gênero, raça e classe, que a sociedade escravista oitocentista se funda. E nela, os papéis que se colocam para mulheres negras escravizadas¹² muitas vezes contrariam o mito do amor materno, a fragilidade feminina e o vínculo à esfera privada. As escravizadas domésticas, conhecidas como mucamas, e amas de leite, se apresentam como figuras chave para a investigação deste debate, permeadas de ambiguidades, se aproximam muitas vezes das tarefas direcionadas as mulheres brancas da elite: o cuidado dos filhos e do lar.

Os estudos sobre mucamas e amas de leite estão consideravelmente bem desenvolvidos, o que é perceptível a partir das numerosas publicações que se debruçam sobre a cidade do Rio de Janeiro, mas também sobre a Bahia, São Paulo, e diversos outros centros urbanos. Em Desterro, as domésticas ainda não foram protagonistas nos trabalhos dos historiadores, sendo apenas brevemente consideradas em alguns deles¹³. Isso é reflexo de um movimento maior de embranquecimento da história de Santa Catarina, articulado ao mito da ilha açoriana. Uma historiografia tradicional enfatizou a imigração europeia em detrimento da heterogeneidade cultural do estado, mas felizmente, a historiografia recente, que segundo Cristina Wolff (2009) seguiu a “abordagem temática”, incorporou os grupos excluídos da história¹⁴.

Argumentava-se que a presença africana e afrodescendente era inexpressiva na região Sul do país devido a não predominância das grandes fazendas de monocultura¹⁵. Entretanto, escravizados ocuparam “funções de mar, do engenho e do apoio, as armações baleeiras”¹⁶ assim como outros ofícios, no litoral catarinense. No caso de Desterro, em 1855, segundo relatório do

¹¹ DAVIS, 2016.

¹² Opta-se pelo termo “escravizada”, em oposição a “escrava”, partindo do entendimento de que esta condição era imposta pelo colonialismo e não natural, porém o termo “escrava” aparece no momento da análise das fontes originais.

¹³ Excepcionalmente, a importante tese de doutorado de Débora Michels Mattos, se aprofunda mais nas amas de leite e domésticas na ilha de Santa Catarina, ao tematizar saúde e escravidão. MATTOS, Débora Michels. Saúde e escravidão na ilha de Santa Catarina (1850-1888). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

¹⁴ WOLFF, 2009, p. 58.

¹⁵ FREITAS, 2020, p. 90.

¹⁶ MAMIGONIAN, 2006, p. 619.

presidente da província, a população era de 5.611 habitantes, dos quais cerca de 1.436 eram escravos¹⁷. Ou seja, 25% da população da capital da província de Santa Catarina era africana ou afrodescendente, sem contar ainda os “pretos e pardos livres”. Trabalhos como os de Mamigonian (2006), Cardoso (2007), Mattos (2015), Penna (2005) e diversos outros autores, ressaltam a presença africana e afrodescendente no estado e suas diversas facetas.

Por outro lado, o gênero também se estabelece como área de pesquisa crescente na historiografia catarinense. Destacam-se os trabalhos de Pedro (1994), Machado (2001)¹⁸, que trabalham o século XIX. Contudo, pesquisas que enfocam a conexão entre raça, gênero, e consequentemente classe, sobretudo, os indivíduos mais atingidos nesta encruzilhada de opressões (mulheres negras), ainda são escassas. Entre elas, encontra-se a pesquisa sobre as quitandeiras em Desterro, de Fabiane Popinigis (2012, 2013) e os trabalhos que enfocam a figura específica da Antonieta de Barros. Desta maneira, a história das mulheres negras que viveram em Santa Catarina, ou que circularam pelas ruas de Desterro oitocentista, permanecem como experiências esperando para serem indagadas. Enxergando com otimismo o movimento engendrado pela historiografia de Santa Catarina até aqui, acredito que está próximo o despertar para o desenvolvimento dos estudos que centralizem as mulheres africanas e descendentes em suas investigações. O presente artigo, como um estudo introdutório, é também um convite para novas pesquisas.

Tendo em vista a premissa teórica e o estado da arte exposto anteriormente, objetivo analisar os modelos de feminilidade vigentes na intersecção entre raça e gênero, a partir das escravizadas domésticas e amas de leite em Desterro na segunda metade do século XIX. Para isso, parto da análise de jornais da cidade, dentre eles: *O Despertador* (1863-1866; 1882); *Commercial* (1868); *O Conciliador Catharinense* (1849-1850); *O Argos* (1856-1857) e *A Regeneração* (1880; 1883). Do exame de diversos anúncios de procura, venda e aluguel de domésticas e amas de leite, assim como de outros tipos de publicações, emergem modelos de feminilidade peculiares às mulheres escravizadas, bem como concepções de higiene e maternidade correntes no período.

Amas de leite e domésticas no Brasil oitocentista

¹⁷ POPINIGIS, 2013, p. 2.

¹⁸ MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro. (1850-1894). In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia M. F.(org.) História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis, UFSC, 2001. pp.85-104.

De acordo com Mariana Muaze (2018), as relações escravistas na esfera privada no Brasil do século XIX, se, por um lado, envolviam afetividades e fidelidades, por outro, “eram gestadas num ambiente de abuso, humilhação, violência física e simbólica, característico da própria escravidão como instituição.”¹⁹ Grosso modo, as domésticas eram encarregadas de lavar e passar a roupa, limpar, cuidar da casa e cozinhar. Contudo, sabe-se que nem sempre as mucamas eram responsáveis por todas as tarefas necessárias para manter o lar. Uma família da elite poderia possuir uma escravizada para cuidar das roupas, outra para cozinhar e talvez uma terceira para ser copeira. As criadas poderiam também acumular funções domésticas combinadas ao trabalho na roça ou como “escravas de ganho”. Segundo Katia Mattoso, as amas de leite são as mucamas que, por vezes, alimentavam seu filho e o do seu amo.²⁰ Entretanto, Maria Elizabeth Carneiro (2006) argumenta que é difícil perceber uma regra nesse sentido devido a constatação de diversos autores acerca da privação do convívio das amas cativas com seus próprios filhos.

Conforme a definição de Muaze (2018), a tarefa das amas de leite era amamentar o filho do senhor e cuidar de sua higiene para a preservação da saúde do bebê na primeira infância, por vezes acompanhada de outras atividades em paralelo. Poderia, ao final do período, se transformar em ama-seca ou ser acolhida como doméstica, “já as amas de leite alugadas eram devolvidas aos donos e poderiam nunca mais ver as crianças que criaram.”²¹ Refutando a perspectiva de Gilberto Freyre acerca das amas como “negras a quem se faziam todas as vontades”²², Mariana Muaze salienta:

Mesmo que, muitas cativas pela proximidade intrínseca à função de ama, tenham adquirido melhores condições de vida dentro do sistema que cotidianamente as oprimia, usufruindo de vestimentas, comidas e local de moradia melhores se comparadas ao de outras escravas. Não se pode esquecer que a tarefa a que se destinavam envolvia o silenciamento do exercício da maternidade.²³

Deste modo, ao passo que as amas conquistavam algumas conceções pela função que ocupavam, o que nem sempre ocorria, seus filhos eram vilipendiados em nome da nutrição da criança branca. A prática da amamentação mercenária, carregada de afetividades e violências,

¹⁹ MUAZE, 2018, p. 361.

²⁰ MATTOSO, 1978 apud CARNEIRO, 2006, p. 218.

²¹ MUAZE, 2018, p. 363.

²² FREYRE, 1987, p. 352 apud MUAZE, 2018, p. 360.

²³ MUAZE, 2018, p. 363.

se constitui como um *habitus* senhorial que reproduz e naturaliza as relações hierárquicas vivenciadas e foi utilizada como elemento de distinção social.²⁴ Em sua maioria, as amas de leite foram mulheres escravizadas, mas sabe-se que minoritariamente existiram amas livres e também brancas, portanto, esta prática possuía uma grande variabilidade de significados.

A segunda metade do século XIX é marcada pela emergência de um discurso médico que negativiza a amamentação dos filhos dos senhores pelas mulheres escravizadas, alegando que traria prejuízos ao desenvolvimento da criança. De maneira semelhante, as escravizadas presentes no ambiente doméstico que participavam da infância das crianças brancas também foram objetos de preocupação para a educação, especialmente das meninas.

Feminilidades racializadas nas páginas dos jornais de Desterro

Objetivando demonstrar como as imagens femininas funcionaram como elemento de distinção da nova elite de Desterro, Joana Maria Pedro (1994) se volta às publicações nos jornais da cidade que tematizam a mulher, a família, a maternidade: delineava-se a mulher idealizada cujo papel essencial era ser esposa, mãe e dona de casa. A autora observou que “as primeiras páginas destinavam-se à esfera pública e, nas seguintes - em especial no setor de “variedades” - abria-se um espaço para a subjetividade originada na esfera íntima da família.”²⁵ Enquanto, neste setor de variedades encontram-se as discussões a respeito das mulheres brancas, sobretudo as da elite, as imagens femininas das mulheres africanas e afrodescendentes aparecem, a princípio, nas últimas páginas do jornal: o espaço destinado aos anúncios.

Os anúncios de procura, venda e aluguel de amas de leite e escravizadas domésticas dividiam a página com divulgações de terrenos, casas, pianos, sabões, cavalos, pílulas “purgativas de vida” e as mais diversas mercadorias. Mas ali também anunciava-se espetáculos teatrais, clubes e serviços como os de dentista e cambio marítimo.

Explorando os anúncios de escravizados nos jornais de Desterro, percebe-se que, enquanto os anúncios referentes a homens escravizados ressaltavam ofícios bem diversificados como “para serviço na lavoura”, “para trabalhar de caixeiro”, ou, cozinheiro, marceneiro, pedreiro, marinho, entre outros, a grande maioria das mulheres escravizadas anunciadas eram as que “servem para todo o serviço de uma casa”. Como podemos verificar nestes: “COMPRA-

²⁴ MUAZE, 2018, p. 364.

²⁵ PEDRO, 1994, p. 27.

SE uma escrava que saiba cozinhar, lavar, engomar e costurar, quem a tiver e quizer vender dirija-se a esta Typographia que se dirá a pessoa que a pretende”²⁶; “VENDE-SE em casa de Manoel Alves Martins, uma escrava ainda moça, sabendo bem lavar, cozinhar e engomar alguma cousa”²⁷; “Aluga-se huma parda para todo o serviço interno de huma casa de família, quem a quizer derija-se ao Bilhar da rua da Cadêa, onde achará com quem tratar.”²⁸

Deste modo, as escravizadas anunciadas nos diferentes jornais consultados eram principalmente domésticas. Em menor número estavam os anúncios de escravizadas com ofícios não identificados ou de ganho, como a procura para alugar uma “preta fiel e diligente para vender quitanda”²⁹. Apesar de majoritário, o trabalho doméstico não era a única função exercida por mulheres escravizadas em Desterro no século XIX, estavam presentes no comércio de gêneros aos arredores do Mercado Público como quitandeiras³⁰. Trabalhavam também como lavadeiras, costureiras, amas de leite³¹ e até no preparo do óleo e outros derivados da baleia³². Na praça de Desterro, “perto da praia, mulheres de cor preta frigiam peixe, cozinhavam mocotó e faziam comida para vender”³³. Se o espaço público foi pensado de modo geral como palco de atuação masculina, as feminilidades marginais – das mulheres negras e também brancas pobres – colocam contradições a este quadro, já que constituíram-se e espacializaram-se para além do lar.

A oferta e demanda das amas de leite, a partir dos anúncios dos jornais consultados, mostra-se expressiva na segunda metade do século XIX em Desterro. Assim, João Vieira Pamplona anuncia sua procura para alugar “uma ama de leite com todas as qualidades necessarias para bem criar uma criança de dous mezes [...]”³⁴, na rua Formosa n. 26 também precisa-se de uma ama de leite “paga-se bem, agradando”³⁵, na mesma rua na casa n. 22 “precisa-se alugar uma ama de leite e uma cozinheira”³⁶, já na rua Mato Grosso n. 16 “existem

²⁶ O DESPERTADOR, 21 de abril de 1863, p. 8.

²⁷ O DESPERTADOR, 28 de Abril de 1863, p. 8.

²⁸ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 27 de junho de 1849, p. 4.

²⁹ O DESPERTADOR, 25 de novembro de 1864, p. 4.

³⁰ POPINIGIS, 2013.

³¹ PENNA, 2005, p. 88.

³² PEDRO, 1994, p. 140.

³³ SILVA, 1907, p. 165-7 apud PEDRO, 1994, p. 140.

³⁴ O DESPERTADOR, 16 de janeiro de 1863, p. 2.

³⁵ O DESPERTADOR, 30 de novembro de 1866, p. 4.

³⁶ COMMERCIAL, 4 de março de 1868, p. 4.

para se alugar uma ama com muito bom leite, e uma parda para todo o qualquer serviço interior de uma casa”³⁷.

Maria Elizabeth Carneiro (2006), efetuando uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888), constata que os diferentes anúncios das amas

parecem reunir um espectro de “qualidades” que, embora construídas também por proprietários ou intermediários e locadores interessados, desenham uma uniformidade, ou um modelo quase padronizado de ama-de-leite que se queria vender ou alugar. [...] Nessa seção dos classificados, portanto, não interessava divulgar o nome, tampouco cicatrizes ou características singulares, mas outras qualidades gerais, mesmo que específicas – como as referentes ao leite, às outras prendas e ao comportamento da mulher -, que o leitor gostaria de encontrar.³⁸

Segundo Carneiro (2006), os adjetivos e advérbios presentes nos anúncios fazem emergir a imagem de ama de leite ideal, “ali, os corpos de amas-de-leite aparecem em seus elementos recorrentes, modelados e modelares, diariamente impressos naquelas páginas onde os anúncios proliferam no curso daquele século.”³⁹ Nos jornais de Desterro, é possível perceber uma imagem ideal de ama de leite a partir das características que aparecem repetidamente: as amas desejadas eram as sadias, carinhosas, morigeradas, com muito bom leite e que sabem muito bem tratar de crianças. Como pode-se notar: “Na rua do Príncipe, n.º 88 [?] do Snr. Antonio Luiz Cabral, aluga-se uma ama de leite, muito sadia e carinhosa que sabe muito bem tratar de crianças [...]”⁴⁰; “[...] no Armazem de molhados há para alugar uma carinhoza ama de leite”⁴¹; “Aluga-se para ama de leite uma preta bem morigerada, na rua do Passeio n.º 11”⁴²; “Quem quizer alugar uma parda muito boa e nova que tem muito bom leite, fale com o Major Macedo [...]”⁴³

O carinho e o cuidado que acompanham o ato de amamentar, requeridos nos anúncios, remetem ao papel supremo da mulher como mãe e seu “inato” amor materno⁴⁴. Este lugar compunha a feminilidade ideal das mulheres brancas da nova elite de Desterro. Através dos

³⁷ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 12 de maio de 1849, p. 4.

³⁸ CARNEIRO, 2006, p. 222-223.

³⁹ CARNEIRO, 2006, p. 223.

⁴⁰ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 26 de setembro de 1849, p. 4.

⁴¹ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 10 de novembro de 1849, p. 4.

⁴² O ARGOS, 5 de fevereiro de 1856, p. 4.

⁴³ O ARGOS, 13 de janeiro de 1857, p. 4.

⁴⁴ Está disseminado em nosso imaginário que o amor materno é instintivo e natural, intrínseco ao feminino, contudo, Badinter (1985) constata que este sentimento é construído a partir da experiência, ou melhor, conquistado.

jornais, que funcionavam como instrumentos normatizadores de conduta, colocava-se as mulheres a elevada missão de criar os filhos, as novas gerações que conduziriam o progresso e a civilização⁴⁵. Contudo, se as amas de leite pareciam aproximar-se deste modelo de feminilidade branca e elitista ao aparecerem nos anúncios como carinhosas no trato de crianças, não podemos ignorar o silenciamento da maternidade que lhes eram impostos: em muitos casos suas crias foram vilipendiadas em nome da amamentação dos filhos dos senhores. Como os anúncios não citam os filhos das amas, podemos deduzir que eles não seriam amamentados e não conviveriam com a mãe.

Débora Mattos (2015) também parece sugerir esta conclusão, ao analisar o “Regulamento para serviço de criados”, publicado em 1883. Sabendo dos majoritários casos de negação do exercício da maternidade das amas no Brasil oitocentista, constata que esta também pode ter sido a cruel realidade que a amamentação mercenária impunha aqui em Desterro. Em 7 de junho de 1883, o Doutor Theodoro Carlos de Faria Souto, Presidente da Província de Santa Catarina, comunicava no jornal “A Regeneração” a Lei n.º. 1.039 que regulamentava o serviço dos criados, incluindo libertos e escravizados:

[...] Artigo 14.º - A pessoa que exercer a ocupação de ama de leite, ou que como tal pretender empregar-se deverá além de cumprir o que a respeito dos criados em geral estabelece esta postura, apresentar atestado medico de boa saúde, bem como de achar-se apta para o fim a que se destina. Artigo 15º - E vedado as amas de leite criarem mais de uma criança. [...]⁴⁶

Desta forma, Mattos (2015) coloca em questão se o artigo 15º refere-se ao exercício do trabalho remunerado no âmbito dessa função com algum outro empregador ou a conformação de uma ausência que àquela sociedade não importava: o filho da ama. Se a segunda opção estiver correta, podemos constatar que o mito do amor materno, através do qual o amor incondicional da mãe pelo filho é natural, instintivo e fim último do ser mulher, não é um discurso que atinge as mulheres africanas e afrodescendentes com o ofício de amas de leite. Além de ser um elemento constituinte do modelo de feminilidade branca, ainda, é peculiar à elite, como podemos notar nos casos em que as mulheres pobres - abandonadas pelo companheiro, e/ou sem recursos próprios – tiveram seus filhos raptados pela polícia de Desterro no final do século XIX⁴⁷.

⁴⁵ PEDRO, 1994, p. 13.

⁴⁶ A REGENERAÇÃO, 10 de agosto de 1883, p. 1.

⁴⁷ PEDRO, 1994, p. 154.

Outro elemento que se destaca no “Regulamento para serviço de criados” é a exigência de um atestado médico que comprove a boa saúde e a aptidão para o ofício (Artigo 14.º). Isso é consequência dos discursos higienizadores e da medicalização da sociedade característicos à modernidade. A segunda metade do século XIX foi marcada por um repúdio paulatino à amamentação mercenária:

Para alguns médicos, as escravas possuíam doenças transmissíveis pelo leite, além de uma infinidade de atributos negativos e de ordem moral que influíam sobre o desenvolvimento da criança. Ideias sobre a transmissibilidade da herança genética através do aleitamento também eram colocadas em evidência. Propugnava-se, ainda, que o leite poderia ser corrompido em virtude de influências naturais e sociais exercidas sobre o indivíduo e o seu sistema nervoso.⁴⁸

Apesar do discurso médico em ascensão, a amamentação mercenária ainda vigorava amplamente já que estava enraizada como um *habitus* senhorial⁴⁹ entre as práticas da sociedade oitocentista. O artigo 15.º do “Regulamento para serviço de criados”, assim como as características ressaltadas nos anúncios que dizem respeito à condição de saúde das amas de leite, representam uma aliança entre os enunciados da medicina e do mercado de mulheres nutrizas⁵⁰. Os ideais de civilidade e progresso da modernidade, a partir dos quais a elite buscava se reconfigurar, criava novos parâmetros de higiene, e as imagens das mulheres escravizadas presentes nos anúncios atendiam a eles.

Além disso, o adjetivo “sadia” não encontra-se somente nos anúncios das amas de leite, mas também nos anúncios das escravizadas domésticas em geral. Faziam parte do espectro de “qualidades” que criava um modelo ideal de mucama as características: robusta, sadia, sem vícios, moça, vistosa, de boa índole, de bom gênio, humilde, recolhida, bonita figura, que sabe perfeitamente os serviços de uma casa de família e que sabe cuidar de crianças. Como é perceptível nestes: “VENDE-SE uma escrava parda de 15 a 30 anos de idade, sadia e sem vícios, lava, engoma e cozinha perfeitamente, é muito carinhosa para crianças [...]”⁵¹; “Vende-se uma escrava crioula com 23 anos de idade, sadia, sabe coser, lavar, engommar, cozinhar, e todo o mais serviço de uma casa de família [...]”⁵²; “Vende-se uma boa escrava moça, de bom genio,

⁴⁸ MATTOS, 2015, p. 283.

⁴⁹ MUAZE, 2018, p. 363.

⁵⁰ CARNEIRO, 2006, p. 222.

⁵¹ O DERPRTADOR, 21 de fevereiro de 1863, p. 4.

⁵² O CONCILIADOR CATHARINENSE, 4 de julho de 1849, p. 4.

lava, cozinha e faz todo o serviço [...]”⁵³; “Antonio Meirelles de Lima, tem para vender uma escrava chegada do Rio de Janeiro; e negra recolhida e muito humilde, e não tem vícios nenhum [...]”⁵⁴; “VENDE-SE uma escrava crioula de 18 annos de idade, com uma filha de 4 annos, sabendo o serviço trivial de uma casa de família, he de boa índole, humilde e sem achaque algum, tanto ella como a filha [...]”⁵⁵.

Apesar de representarem qualidades que interessam os compradores, muitos destes adjetivos funcionavam como justificativas frente a crença na inferioridade da raça dessas mulheres, deste modo, apesar de serem pretas ou crioulas, eram saudáveis, sem vícios e de boa índole. Isso está relacionado à especificidade dos anúncios como fontes que criam imagens de mulheres escravizadas: neles, as mulheres eram idealizadas, modeladas como figuras ideais que garantiriam rentabilidade, e para este fim não interessava destacar as características transgressoras que acreditava-se serem intrínsecas à natureza das africanas e afrodescendentes. O escravizado, “na cidade, através dos efeitos de sua presença no seio da família branca, é visto como causa de desordem, sexualidade desregrada, paixões, doenças, vaidade, egoísmo, brutalidade.”⁵⁶ Ademais, não podemos esquecer que a reiteração da “boa conduta”, no campo ambivalente dos sentidos que se constituía o anúncio, na “insistência em buscar desfazer qualquer receio do leitor com relação à conduta daquelas mulheres, instiga a imaginação com relação às possibilidades de resistência e às prováveis manifestações de indocilidade e insubmissão”⁵⁷

As imagens idealizadas representadas para venda e aluguel se diferenciavam das imagens disseminadas em outras páginas dos jornais, que não as reservadas para anúncios. No setor “diversas occurrencias” do jornal “O Despertador”, em 1882, publicava-se:

Criados e criadas – Vem de longe a queixa constante contra os indivíduos de ambos os sexos que se empregam no serviço doméstico, e tal queixa não é peculiar a esta provincia, mas geral em todo o Brasil. A diminuição gradual da escravatura tem augmentado consideravelmente as dificuldades com que lutam em geral as famílias para encontrarem bons, ou pelo menos sofríveis criados. Os do sexo masculino, em sua maior parte, são dados a embriaguez, mandriões, insubordinados e muitas vezes ratoneiros; *as do sexo feminino são, além de tudo, muito prejudiciaes no seio de uma família, para onde trazem os vícios, que vão inoculando nas moças, com grave prejuízo da educação casta*

⁵³ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 23 de março de 1850, p. 4.

⁵⁴ O CONCILIADOR CATHARINENSE, 26 de fevereiro de 1851, p. 4.

⁵⁵ O ARGOS, 9 de janeiro de 1857, p. 4.

⁵⁶ MACHADO, 1978, p. 354-355 apud MATTOS, 2015, p. 282.

⁵⁷ CARNEIRO, 2006, p. 241.

que deve ter uma donzella. A moralidade doméstica sofre muito com isso [...] Muitas famílias tem sido desacreditadas por culpa de criadas; o maldizente que vê alta noite um vulto entrar ou sahir furtivamente em uma casa, pular uma cerca ou saltar de uma janella, existindo nessa casa senhoras, que sejam casadas, solteiras ou viúvas, propala logo o caso, e alguma dessas é victima inocente, e perde, sem o saber, o que de mais caro tem uma mulher – a sua reputação. No entanto a verdadeira culpada é a criada, que abre as portas da casa de seu amo para receber o seu amante! [...] Urge, pois, tomar-se uma medida qualquer que acabe com tal ordem de coisas, ou pelo menos que ponha freio a tanta desmoralização. Parece-nos que se conseguiria melhorar muito, organizando-se o serviço doméstico por meio de um regulamento policial, como existe em outros países. [...]”⁵⁸ (grifo nosso)

Como podemos notar, o texto se direciona a população liberta que se dedicava ao ofício de criadagem, publicado nove meses antes do “Regulamento para serviço de criados” já exposto aqui, este texto também respondia a um contexto de gradual queda do trabalho escravo e emergência do movimento abolicionista. A sociedade oitocentista buscava reconfigurar-se ao trabalho doméstico livre, contudo muitos dos criados eram escravizados – o escravo deveria ser registrado pelo seu senhor, como requerido no Artigo 3.º do regulamento⁵⁹ – e a esmagadora maioria, era africana ou afrodescendente.

O texto acusa os criados, homens e mulheres, de degenerarem a moral da família branca para a qual trabalham. As mulheres, especialmente, levam vícios ao lar que adentram nas boas moças. Entende-se, portanto, que discursivamente coexiste uma feminilidade mal, deturpante e viciosa que se apresenta como um perigo para a feminilidade pura e inocente. Dessa forma, as mulheres africanas e afrodescendentes que trabalhavam como criadas eram também condenadas por sua suposta sexualidade desregrada e promíscua. Ao receberem homens na casa de boas senhoras, removem das vítimas inocentes “o que de mais caro tem uma mulher – a sua reputação”. Nessa oração, é perceptível que “a mulher” que possui e eventualmente, não por sua culpa, perde sua reputação, é exclusivamente a mulher branca e pertencente a uma família da elite.

Outro texto, publicado no jornal “A Regeneração” em 1880, protestando contra a má qualidade da educação pública na província, parece compartilhar de semelhante preocupação acerca dos prejuízos trazidos pelas criadas para a educação das mulheres brancas. O que chama a atenção é a pauta que hoje chamaríamos de “progressista” ou “feminista” da publicação: o

⁵⁸ O DERPRTADOR, 20 de setembro de 1882, p. 2.

⁵⁹ A REGENERAÇÃO, 10 de agosto de 1883, p. 1.

anseio de que “as mulheres” pudessem ter acesso a uma educação que abrangesse as áreas da ciência e da política, para além dos estudos religiosos.

[...] E o que diremos das meninas! Disso nem se cuida. A mulher é ente que vive em mundo aparte. *De pequenina embalada nos braços de criadas ignorantes, e pela maior parte escravos, cheias de preconceitos, vícios e crimes, cresce a menina brasileira abeberando-se nos princípios de uma moral subversiva, ouvindo os risos e disputas da cozinha, aprendendo histórias e contos supersticiosos, peias dos assomos de sua inteligência, e... coitadinha!* Conclue sua educação na escola pelo superficial conhecimento do cathequismo que indiscretamente se lhe atira às mãos. Sem conhecimento de si, sem consciência de sua personalidade, sem autonomia, tudo ignorado, porque nada compreende, não sabe o que seja a pátria, a sciencia, a humanidade, porque desconhece o mundo, onde vive como um ente alheio [...] A mulher educada no Brazil, e principalmente em nossa província só conhece bailes, modas e galanterias. [...] E entretanto, ellas não dão culpadas. *Do egoísmo dos que, esquecidos que o valor do cidadão premana do valor da mulher que o educou, protestam contra sua regeneração, não lhe reconhecendo o direito de instruir-se [...] Negou-se a mulher o direito, a capacidade de aprender; achou-se até ridiculo pensar-se que ella o podesse fazer! [...]*⁶⁰ (grifo nosso)

O texto coloca as criadas presentes no ambiente doméstico, sejam livres ou escravizadas, como primeiro elemento que corrompe a educação da mulher branca, já na infância. São as mulheres negras que fazem o serviço doméstico que, consideradas ignorantes, “cheias de preconceitos, vícios e crimes”, portadoras de uma moral subversiva, risonhas e supersticiosas, desvirtuam as meninas brancas. E isto tudo se afirma em favor do direito da educação da mulher. Aqui ecoa a fala da escravizada liberta Sojourner Truth, proferida na “Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres” nos Estados Unidos, em 1851: “E não sou eu uma mulher?”⁶¹

A publicação busca desconstruir o modelo de feminilidade relacionado às futilidades, que se materializa no interesse pela moda e pelos bailes, desejando construir um modelo de mulher com mais autonomia, que conheça a ciência, a humanidade e o mundo, saindo do “mundo *aparte*” em que vive. Contudo, ao passo que anseia este novo feminino, desconsidera as feminilidades outras, racializadas, das que não foram consideradas mulheres por este discurso que se direciona a uma mulher pretensamente universal: a mulher branca.

⁶⁰ A REGENERAÇÃO, 1 de abril de 1880, p. 3.

⁶¹ DAVIS, 2006, p. 72.

Se de um lado, se afirma a inocência da mulher branca frente à sua ignorância e superficialidade, que é capaz e deve ter o direito de uma instrução mais aprofundada e mais equiparada a dos homens, de outro, se coloca à mulher negra, nem mesmo reconhecida como mulher, uma feminilidade viciosa, depravada, subversiva, culpada por deteriorar a educação das coitadas meninas. Desta maneira, os homens egoístas que protestam contra o direito da mulher instruir-se, esquecem “que o valor do cidadão *premana* do valor da mulher que o educou”. Aqui, apesar da desconstrução de certos papéis e comportamentos colocados à mulher branca nesta publicação, ainda se perpetua a velha missão de educar os filhos para que se tornem cidadãos virtuosos. Sobretudo, nenhum dos lados – nem o homem contra, nem o a favor da educação das mulheres – considera o valor (e implicitamente a capacidade de instruir-se) da mulher que o amamentou, o nutriu com o alimento essencial a vida, muitas vezes negando-o ao seu próprio filho, ou das que cozinham, lavaram e engomaram no lar em que cresceu.

Considerações finais

Partindo da noção de que a feminilidade, ou seja, o conjunto de atributos, papéis e comportamentos geralmente colocados às mulheres, são construções sociais que derivam de sistemas nos quais os fatos biológicos, como por exemplo a função das mulheres na reprodução ou a força masculina, operam de uma forma não necessária, moldando e reproduzindo as relações de poder. Compreende-se que, é através do exagero das diferenças biológicas que criamos socialmente o gênero e assim distribuimos papéis, construindo modelos de feminilidade e masculinidade e estabelecemos assimetrias de poder.⁶²

Todavia, avançando a discussão, nota-se que não existe apenas um modelo de feminilidade. Veja bem: apesar da feminilidade branca ser a mais valorizada, idealizada e se pretender universal, surgem diferentes definições de feminilidade e de masculinidade quando postas à luz da chave das relações raciais.⁶³ Logo, outros modelos de feminilidade emergem das páginas dos jornais de Desterro, a partir das imagens de mulheres escravizadas, tanto como figura idealizada para atender aos interesses do mercado, quanto como figura transgressora responsável por prejuízos à moral da família para a qual trabalha.

⁶² Este entendimento deriva da combinação de minhas leituras das obras da historiadora Joan Scott (1995) e da antropóloga Michelle Rosaldo (1995).

⁶³ CORRÊA, 1996, p. 43.

Através das fontes analisadas, em conjunto com a bibliografia utilizada, podemos constatar que a feminilidade que se colocava às mulheres escravizadas não incluía o sentimento do amor materno supostamente “natural” ao feminino, já que a maternidade das amas de leite lhes era negada, apesar disso, deveriam se aproximar deste sentimento no carinho que acompanha a amamentação dos filhos dos senhores. Portanto, não faz parte da feminilidade construída para as mulheres negras, o mito do amor materno, junto a outros aspectos como a restrição à esfera privada e a ideia da fragilidade feminina.

Além disso, as “qualidades” que se repetem nos anúncios das mucamas, criando um modelo ideal que buscava garantir rentabilidade, funcionam como contraponto frente a crença na inferioridade da raça dessas mulheres. Assim, a frequente reiteração de que a escravizada era sadia, sem vícios e de boa índole, responde ao entendimento geral dos senhores e de suas famílias, de que os escravizados geralmente eram viciosos, imorais, e fontes de doenças. As escravizadas domésticas e amas de leite, no Brasil oitocentista, foram objeto de preocupação dos discursos higienistas e debates na medicina. Deste modo, quando ideias relacionadas ao progresso e a civilização invadiram o âmbito privado, propondo a racionalização do lar e da família, era preciso livrar-se de todos os vestígios “negros”.⁶⁴ Foi assim que, desta maneira, “Para a maioria dos homens das elites locais, a convivência com as domésticas, que eles mesmos assediavam, poderia ameaçar o controle sexual que tinham sobre suas esposas e filhas.”⁶⁵

Avançando para as outras publicações nos jornais, nos deparamos com imagens femininas que representam o recato, a dignidade, o elevado papel de mãe, a inocência, e a capacidade de instrução, em contraste as imagens femininas promíscuas, supersticiosas, depravadas, viciosas e inevitavelmente ignorantes. O que não deve-se perder de vista é que as “vivências femininas não estavam conformadas apenas nos dois binômios, mas entre os dois ideais havia mulheres transgressoras”⁶⁶. Portanto, a partir da análise dos trechos dos jornais, temos acesso ao que é publicado, outro desafio é “saber como eram lidos tais textos, como eram vividas, experimentadas no cotidiano, essas imagens de mulheres que os jornais reproduziam.”⁶⁷

⁶⁴ CARMO, 2012, p. 60.

⁶⁵ CARVALHO, 2003, p. 60 apud CARMO, 2012, p. 116.

⁶⁶ CARMO, 2012, p. 120.

⁶⁷ PEDRO, 1994, p. 29.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada)**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/143#:~:text=No%20presente%20artigo%2C%20parte%20integrante,afro%2Ddescendente%20na%20capital%20catarinense>> Acesso em 05/05/2021.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se "preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa"**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5162>> Acesso em 05/05/2021.

CARMO, Iris Nery do. Entre sinhas, mucamas, iaiázinhas e amas de leite: mulheres negras e brancas na sociedade brasileira do século XIX e início do XX. **Revista Senso Comum**, nº 2, 2012, p. 108-123. Disponível em: <<https://sensocomum.xanta.org/index.php/revista/article/view/23>> Acesso em 05/05/2021.

CORREIA, Mariza. Sobre a Invenção da Mulata. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 6/7, p.35-50. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1860>> Acesso em 05/05/2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Ana Clara Cardoso de. A recepção da abolição da escravatura pelos jornais de Desterro. Florianópolis: **Revista Catarinense de História**, n 1, v. 14, 2020, p. 87-98. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/3316>> Acesso em 05/05/2021.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850)**. In: FRAGOSO, João et. al. Nas rotas do Império. P. 609-643. Vitória: EDUFES, 2006.

MATTOS, Débora Michels. **Saúde e escravidão na ilha de Santa Catarina (1850-1888)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18112015-113742/en.php>> Acesso em 05/05/2021

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: Osório, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (org). **Do tráfico ao pós-abolição: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018, pp 360-391.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em 05/05/2021

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres faladas, mulheres honestas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

PENNA, Clemente Gentil et al. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101610>> Acesso em 05/05/2021

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912012000200006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 05/05/2021.

POPINIGIS, Fabiane. Conexões entre gênero e raça no Brasil meridional – mulheres africanas e o pequeno comércio em Desterro, século XIX. **Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Fabiane-Popinigis-texto.pdf>> Acesso em 05/05/2021.

REIS, Adriana Dantas. Gênero, Patriarcado e a história da escravidão no Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2001. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300683551_ARQUIVO_Genero,patriarcadoescravidao.pdf> Acesso em 05/05/2021.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento cultural. **Horizontes Antropológicos** – gênero, n.º. 1, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, jul – dez, 1995.

WOLFF, Cristina S. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. Florianópolis: **Revista Catarinense de História**, n 3, 1994, p. 5-15. Disponível em <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/428/148>> Acesso em 05/05/2021.

Fontes

Anúncios. **Jornal O Argos**: da Província de SC. 1856, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Argos**: da Província de SC. 1857, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal Commercial.** 1868, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Despertador.** 1863, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Despertador.** 1864, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Despertador.** 1865, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **Jornal O Despertador.** 1866, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **O Conciliador Catharinense:** Jornal Oficial, Noticioso e Litterario. 1849, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Anúncios. **O Conciliador Catharinense:** Jornal Oficial, Noticioso e Litterario. 1850, Desterro. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Desterro.html>> Acesso em 05/05/2021.

Criados e criadas. **Jornal O Despertador.** N.º 2082, 1882, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/despertador/709581>> Acesso em 05/05/2021.

Instrução publica. **A Regeneração:** Jornal da Província de SC. N.º 24, 1880, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/regeneracao/709603>> Acesso em 05/05/2021.

Regulamento para serviço de criados. **A Regeneração:** Jornal da Província de SC. N.º 76, 1883, Desterro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/regeneracao/709603>> Acesso em 05/05/2021.